Produção de conhecimento sobre políticas para formação e carreira docentes no Brasil

Knowledge production on policies for teachers' formation and career in Brazil

Producción de conocimiento sobre políticas de formación y carrera docentes en Brasil

ISABEL MELERO BELLO
MARIETA GOUVÊA DE OLIVEIRA PENNA
MIRNA RIBEIRO LIMA DA SILVA

Resumo: O artigo analisa a produção acadêmica sobre políticas para a formação e carreira docentes em resumos de teses e dissertações da área de educação defendidas no período 2000-2010 no Brasil. O mapeamento permitiu caracterizar esses trabalhos quanto ao ano de defesa, nível do curso, orientadores, linhas de pesquisa, tópicos pesquisados, referenciais teóricos utilizados e instituições de origem, permitindo compreender como está se configurando o campo. Considera-se que houve ampliação de estudos sobre o tema no período, mas também dispersão dos trabalhos entre diferentes Linhas de Pesquisa e orientadores.

Palavras-chave: Formação e carreira docentes; pesquisa em educação; campo educacional.

Abstract: This paper analyzes the academic production about policies for teacher career and training in abstracts of dissertations and thesis in the education between 2000 and 2010 in Brazil. The mapping allowed us to characterize these works by date of defense, level, advisors and research lines, themes of research, theoretical references and home institutions, allowing us to understand how the field is shaping. We consider that there has been an increase of studies on the subject in that period, but also a certain dispersion of the works between different research lines and advisors.

Keywords: Teacher career and training; educational research; educational field.

Resumen: El artículo analiza la producción académica sobre políticas para la formación y carrera docentes en resúmenes de tesis y disertaciones del área de educación defendidas entre 2000 y 2010 en Brasil. El mapeo permitió caracterizar esos trabajos según el año de defensa, nivel del curso, orientadores, líneas de investigación, tópicos investigados, referenciales teóricos utilizados e instituciones de origen, permitiendo comprender como se está configurando el campo. Se considera que hubo un aumento en los estudios sobre el tema en el período investigado, pero también que hubo dispersión entre diferentes líneas de investigación y orientadores.

Palabras clave: Formación y carrera docentes; investigación en educación; campo educacional.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar parte de dados e resultados de um estudo interinstitucional, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Particularmente, objetiva-se analisar as tendências de pesquisa no Brasil com foco em políticas de formação de professores e na carreira docente, a fim de traçar esforço na compreensão da constituição do campo educacional na atualidade. De acordo com Bourdieu (2003, 2004), o conceito de campo diz respeito ao espaço de posições disputadas por agentes em torno de interesses específicos, relacionados à produção, reprodução e distribuição dos capitais em jogo no espaço em questão. Para análise das formas de constituição de determinado campo, faz-se necessário o estabelecimento de análises que evidenciem mecanismos internos próprios ao campo e suas formas de organização, bem como externos, vinculados à sociedade mais ampla.

Trata-se de recorte feito a partir de pesquisa mais abrangente, sobre a produção discente em políticas educacionais, que contou com equipe composta por docentes e estudantes provenientes de seis instituições públicas de ensino superior, situadas em cinco estados do país. O objetivo do grupo é analisar a produção do conhecimento em política educacional em programas de pós-graduação em educação.

A produção de conhecimento está sendo compreendida a partir de Tello (2013a, p. 764), ou seja, aquela que se dá com o recorte de um objeto de estudo, seleção de metodologia para a busca de informações e mobilização de conceitos para sua análise. De acordo com Tello (2012, 2013b) ou, mesmo, Mainardes (2009), a área enfrenta problemas em sua produção acadêmica, explicitando falta de precisão teórica e metodológica. Nesse sentido, defende-se aqui a ideia de que, no atual estágio, é fundamental a realização de estudos sobre as principais características da produção acadêmica em educação do Brasil.

O *corpus* de análise refere-se às teses e dissertações produzidas no período de 2000 a 2010 no âmbito de programas de pós-graduação em educação cuja nota de avaliação da Capes foi igual ou superior a cinco no triênio 2008-2010. Os programas selecionados estão nas seguintes instituições de ensino: PUC-RJ, UERJ, UFMG, PUC-RS, UFF, Unisinos, USP, PUC-SP, UFES, UFG, UFPel, UFPR, UFRGS, UFRJ, UFRN, UFSCar, UFU, Unesp-Marília, Unicamp e Unimep.

Para tanto, em 2012, realizou-se a coleta dos dados no Banco de Teses da Capes, no âmbito de cada programa de pós-graduação adequado ao critério de avaliação estabelecido. Inicialmente tentou-se realizar a busca dos trabalhos diretamente dos Repositórios Institucionais das instituições; encontraram-se,

porém, formas de organização muito divergentes dessas bases. Isso levou a se eleger como base única de levantamento e análise de dados o Banco de Teses e Dissertações da Capes. Foram levantados 1.283 trabalhos, com base nos eixos relacionados no Quadro 1.

Quadro 1: Eixos temáticos e palavras utilizadas na coleta

Eixo temático	Palavras utilizadas na coleta dos trabalhos
1 - Organização, planejamento, administração e gestão da educação	planejamento; organização da educação; planejamento educacional; administração
2 - Avaliação em larga escala e avaliação institucional	avaliação educacional; avaliação da educação; avaliação na educação; avaliação em educação; avaliação externa; avaliação institucional; avaliação em larga escala; avaliação de larga escala; exame nacional; Saeb; Prova Brasil; Provinha Brasil
3 - Qualidade da educação e do ensino	qualidade da educação; qualidade de ensino
4 - Estado e reformas educacionais, neoliberalismo na educação, terceiro setor e organizações sociais na educação, análise e avaliação de políticas educacionais	Estado; reformas educacionais; reforma do Estado; neoliberalismo na educação
5 - Políticas de formação de professor e carreira docente	formação de professor; formação docente; licenciatura; trabalho docente; profissionalização docente; carreira docente; magistério; remuneração docente; piso salarial do magistério; salário do professor
6 - Financiamento da educação e controle social do financiamento da educação	financiamento; controle social; gasto público e educação; Fundef; Fundeb; recursos públicos; Conselho de Acompanhamento; Controle Social do Fundeb; Conselho de Acompanhamento do Fundef
7 - Abordagens teórico metodológicas em pesquisas sobre políticas educacionais	abordagens teórico-metodológicas; pesquisa; políticas públicas; políticas educacionais; educação; produção em políticas educacionais; programas de educação
8 - Análise e avaliação de programas e projetos no campo educacional	educação permanente; educação superior; ensino superior
9 - Políticas inclusivas	programas; assistência ao estudante

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

As categorias expostas no Quadro 1 foram consolidadas após amplo processo de análise dos resumos de um primeiro lote de trabalhos selecionados. Tal procedimento teve importantes consequências, visto que, após a redefinição dos eixos e respectivas palavras usadas para a busca, foi preciso voltar à etapa inicial, realizar nova coleta no banco da Capes, confirmar e excluir trabalhos selecionados na primeira etapa do processo, bem como agregar novas teses e dissertações. Decidiu-se não se classificar os trabalhos pelos níveis, etapas e modalidades de ensino sobre os quais versam, mas por eixos temáticos, o que

considerou a incidência, o alcance e a transversalidade das políticas sobre todos os sistemas de ensino do país.

Ainda em relação à forma de coleta, cabe informar que, entre as teses e dissertações encontradas no banco da Capes para cada grupo de palavras, foram selecionadas aquelas que estavam vinculadas a programas de pós-graduação em educação e consideradas pelos pesquisadores, com base na leitura do resumo, como estudos sobre políticas educacionais. Tendo como referência os estudos de Martins (1993), entende-se aqui política educacional como um conjunto de propostas que dão organicidade ao processo de escolarização direcionado às instituições de ensino.

Assim, foram selecionados os trabalhos que faziam referência direta ao estudo de políticas na área da educação. A título de elucidar o procedimento, a escolha dos trabalhos do eixo sobre formação de professores, por exemplo, foi direcionada àqueles cujos resumos deixavam claro ser um trabalho sobre política de formação de professores ou sobre carreira docente e não todos os trabalhos do banco que tratavam de formação de professores nos diferentes aspectos que o tema comporta.

Faz-se necessário mencionar também a existência de teses e dissertações sobre o tema das políticas educacionais em programas de pós-graduação que não são da área de educação e que, embora não tenham feito parte da pesquisa, mostram que as políticas educacionais não são objeto de preocupação exclusivo dos pesquisadores em educação e se têm constituído em objeto de estudo transversal a diversos campos do conhecimento e da ciência em nosso país.

A relevância da compreensão do campo de pesquisa sobre a temática das políticas educacionais pode ser verificada em Tello (2012), entre outros. Estudos como o de Azevedo e Aguiar (2001) apontam o campo da pesquisa sobre políticas educacionais como estando em permanente construção, evidenciando problemas e, ao mesmo tempo, potencialidades, com forte expansão a partir dos anos de 1980 (STREMEL, 2012).

A partir desses esclarecimentos e posicionamentos iniciais no que diz respeito a trabalhos que versam sobre *políticas de formação de professores e carreira docente*, foco deste artigo, a pesquisa gerou um banco com 204 resumos.

A seguir, são apresentadas as considerações gerais sobre a concentração das pesquisas nos programas. Espera-se contribuir com o conhecimento da temática apresentando-se as tendências da produção dos programas de pós-graduação em educação sobre as políticas de formação de professores e carreira docente, observando-se a existência, ou não, de concentração em torno de interesses específicos.

ASPECTOS DAS TENDÊNCIAS DE PESQUISA SOBRE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E CARREIRA DOCENTE: O QUE DIZEM OS RESUMOS DAS TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS

Levantamentos de pesquisa sobre formação de professores e carreira docente têm sido produzidos, dentre os quais pode se destacar o estudo recente de Brzezinski (2006, p.18) que, entre outras categorias analíticas, estabelece uma referida a pesquisas sobre *Políticas e Propostas de Formação de Professores*. A autora relaciona a recorrência de pesquisas sobre a temática à intensificação de ações governamentais no âmbito da redefinição de políticas educacionais e de reformas em todos os níveis de ensino, atinentes ao movimento internacional deflagrado nas últimas décadas do século XX.

Na mesma esteira, estudo de André (2010) analisa a constituição do campo de formação de professores no Brasil e deflagra o crescimento dos estudos sobre essa temática. No que tange à carreira docente, os estudos de Gatti, Barreto e André (2011) enfatizam a relevância de se atentar a esse debate. Contudo, levantamentos sobre pesquisas com foco específico em políticas de formação de professores e carreira docente não foram localizados, o que referenda a pertinência de estudo como o aqui proposto.

Nesse sentido, apresentamos a seguir os resultados da pesquisa que indicam peculiaridades da produção discente em programas de pós-graduação brasileiros que abordaram as políticas educativas sobre a formação e carreira docentes.

No que diz respeito ao ano de defesa, os dados levantados podem ser verificados na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1: Número de trabalhos sobre políticas de formação de professores e carreira docente por ano de defesa (Brasil, 2000-2010)

Ano	Número de citações	Frequência
2000	3	1,5 %
2001	9	4,4 %
2002	15	7,4 %
2003	13	6,4 %
2004	16	7,8 %
2005	20	9,8 %
2006	13	6,4 %
2007	24	11,8 %

Tabela 1: Número de trabalhos sobre políticas de formação de professores e carreira docente por ano de defesa (Brasil, 2000-2010)

Ano	Número de citações	Frequência
2008	36	17,6 %
2009	29	14,2 %
2010	26	12,7 %
Total	204	100 %

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Com os dados da Tabela 1, nota-se crescimento expressivo do número de trabalhos no período considerado. Para melhor visualização desse aumento progressivo, ao agruparmos a produção em triênios, temos 27 trabalhos defendidos entre 2000 e 2002; 49 trabalhos entre os anos de 2003 a 2005; 73 entre os anos de 2006 a 2008 e, finalmente, 55 trabalhos considerando-se os anos de 2009 e 2010. Se, por um lado, tal crescimento pode ser compreendido pelo aumento do número de programas de pós-graduação em educação no país, é importante considerar também o debate atual sobre a necessidade de melhoria da qualidade na educação, no qual o professor é visto como peça-chave desse processo. Gatti, Barreto e André (2011), ao se referirem às políticas de formação de professores na atualidade, destacam esforço do Ministério da Educação (MEC) por constituir política nacional orientada para a instituição de um Sistema Nacional de Educação, com vistas a responder a demandas por formação inicial e continuada do magistério. Esse esforço, de acordo com a leitura dos resumos selecionados, foi o principal foco das pesquisas no período 2000-2010, como se esclarece a seguir.

A formação de professores mereceu atenção majoritária dos pesquisadores: do total de 204 trabalhos, apenas 34 se detiveram sobre a questão do trabalho e condição docente, os quais abordaram os seguintes tópicos: constituição da identidade docente, planos de carreira (de formulação obrigatória pelos estados, municípios e Distrito Federal, a partir da Emenda Constitucional nº 14/96 (BRASIL, 1996b), papel dos sindicatos na carreira, trabalho docente e novas tecnologias, o impacto e efeitos da reorganização do ensino sobre o trabalho docente, evasão da carreira e representações da população sobre a carreira do magistério. Por sua vez, dos 170 trabalhos que trataram da formação docente (inicial e continuada), 61 analisaram a formulação e a implantação das políticas, 40 se detiveram na etapa de formulação das políticas e 69 observaram a implantação das ações, sem maiores aprofundamentos sobre a análise de sua gênese. Desse total, apenas 17 trabalhos analisaram políticas educacionais em período anterior

às reformas educacionais que se iniciaram, sobretudo, na década de 90 do século XX. Assim, em relação à formação docente, percebe-se a forte influência que a legislação do período exerceu sobre a produção acadêmica em pauta (2000-2010) para a configuração do campo, tendo como marco principal a publicação da Lei nº 9.394/96 – LDB/96 (BRASIL, 1996a). Dentre as regulamentações que mereceram destaque no período pelos pesquisadores (além da própria LDB/96 (Idem), tem-se a Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006, que institui as diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia (BRASIL, 2006) e o Decreto nº 6.755/2009, que institui a Política Nacional de Formação de Professores (BRASIL, 2009). Regulamentações que incluem conteúdos curriculares na educação básica e que se relacionam com a formação continuada de professores também foram alvo das pesquisas, tais como a Lei nº 11.161/2005 (BRASIL, 2005), que torna obrigatório o ensino de espanhol nas escolas de educação básica e a Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003), que trata da obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

É importante destacar que os resumos analisados não evidenciaram, em seu conjunto, que os professores ocuparam lugar de protagonismo na formulação das políticas voltadas para a carreira e a formação docentes, tendo-lhes sido reservado o papel de executores das ações impostas pelos órgãos oficiais, como o Ministério da Educação e as secretarias de educação, em parceria com as instituições de ensino superior.

Na sequência, a fim de elucidar aspectos das formas como tais pesquisas têm sido produzidas, apresentam-se na Tabela 2 dados referentes às instituições que concentram o maior número de trabalhos sobre a temática das políticas de formação de professores e carreira docente no Brasil.

Tabela 2: Trabalhos sobre Políticas de formação de professores e carreira docente por Instituição (Brasil, 2000 2010).

Instituição	Número de citações	Frequência
UNICAMP	29	14,2 %
UFRGS	22	10,7 %
UERJ	14	6,9 %
UNIMEP	14	6,9 %
UFPR	13	6,4 %
PUCRJ	12	5,9 %
UFMG	12	5,9 %
UFRJ	12	5,9 %
UFF	11	5,4 %

Tabela 2: Trabalhos sobre Políticas de formação de professores e carreira docente por Instituição (Brasil, 2000-2010).

Instituição	Número de citações	Frequência
UFES	11	5,4 %
UFRN	11	5,4 %
FEUSP	10	4,9 %
UFG	10	4,9 %
UNISINOS	7	3,4 %
UNESP/Mar	6	2,9 %
UFU	5	2,4 %
UFSCar	4	2 %
PUCRS	1	0,5 %
Total: 18	204	100%

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Conforme disposto na Tabela 2, a UNICAMP se destaca como a instituição com maior número de trabalhos defendidos no período analisado. Cabe apontar a concentração dessa produção na região sudeste do país. Se considerarmos o total de instituições com ao menos dez trabalhos defendidos sobre a temática, temos 13 instituições em tais condições, sendo nove da região sudeste, concentrando 61,3 % do total de trabalhos produzidos no período tratado, o que pode ser explicado pela concentração de programas de pós-graduação em educação nesta região (SANTOS; AZEVEDO, 2009).

Ao considerarmos o nível do curso em que os trabalhos foram realizados (Tabela 3), verifica-se, como era de se esperar, maior quantidade de dissertações de mestrado (64,2%), do que teses de doutorado (35,8%), uma vez que é maior o número de programas e de discentes de mestrado que de doutorado no país (MACEDO; SOUSA, 2010).

Tabela 3: Trabalhos sobre Políticas de formação de professores e carreira docente por Nível da pesquisa – Mestrado (M) e Doutorado (D) - (Brasil, 2000-2010).

Nível	Número de citações	Frequência
M	131	64,2%
D	73	35,8 %
Total	204	100 %

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Para uma melhor compreensão da constituição do campo educacional, verificamos quais eram as linhas de pesquisa com produção relacionada à temática em questão e a distribuição dos trabalhos em tais linhas, como um possível indicador de organicidade da produção analisada, uma vez que as linhas de pesquisa são elemento estruturador dos programas de pós-graduação em educação (MACEDO; SOUSA, 2010).

Os dados referentes à produção discente por linhas de pesquisa foram organizados na tabela a seguir:

Tabela 4: Número de trabalhos sobre políticas de formação de professores e carreira docente por linha de pesquisa e instituição (Brasil, 2000-2010).

Linha de pesquisa	IES	N. de citações
Políticas de formação, políticas e gestão da educação	UFRGS	20
Cotidiano e cultura escolar	UERJ	10
Planejamento educacional, políticas e gestão educacional	Unicamp	9
Política e gestão da educação	Unimep	9
Políticas públicas de educação	UFMG	8
Política e práxis da educação	UFRN	7
Cultura, currículo e formação de educadores	UFES	6
Currículo e linguagem	UFRJ	6
Educação, relações sociais e construção democrática	PUC RJ	6
Formação de professores: tendências e dilemas	PUC RJ	6
Mudanças no mundo do trabalho e educação	UFPR	6
Educação, história e políticas	Unisinos	5
Filosofia e educação	Unicamp	5
Formação e profissionalização docente	UFG	5
Didática, teorias de ensino e práticas escolares	FEUSP	4
Filosofia e história da educação no Brasil	Unesp/Mar	4
Políticas e instituições educacionais	UFRJ	4
Espaços educativos, produção e apropriação de conhecimentos	UFMG	3
Estado e política educacional	UFG	3

Tabela 4: Número de trabalhos sobre políticas de formação de professores e carreira docente por linha de pesquisa e instituição (Brasil, 2000-2010).

Linha de pesquisa	IES	N. de citações
Formação de profissionais da educação	UFF	3
Políticas e gestão da educação	UFPR	3
Políticas públicas e educação	Unicamp	3
Desenvolvimento humano, psicologia e educação	Unicamp	2
Diversidade e práticas educacionais inclusivas	UFES	2
Educação e trabalho	Unicamp	2
Ensino e formação do professor	Unicamp	2
Filosofia, educação, história e sociedade	Unicamp	2
Filosofia: o conhecimento e a educação	Unimep	2
Formação do professor, currículo e ensino superior	Unicamp	2
Formação e praxis político-pedagógica do professor	UFES	2
Política e gestão da educação	UFPR	2
Política educacional, administração de sistemas educativos e unidades escolares	Unesp/Mar	2
Políticas e gestão em educação	UFU	2
Avaliação de políticas e financiamento da educação	UFF	1
Conhecimento, autonomia e participação	UERJ	1
Conhecimento, subjetividade e práticas educacionais	UFRGS	1
Cotidianos, redes educativas e processos culturais	UERJ	1
Cultura e história da educação	UFRN	1
Cultura e processos educacionais	UFG	1
Cultura, currículo e sociedade	UFRGS	1
Currículo: teorias e práticas	UFRJ	1
Educação e sociedade	UFRJ	1
Educação em ciências	Unimep	1
Educação escolar: instituições, sujeitos e currículos	UFMG	1

Tabela 4: Número de trabalhos sobre políticas de formação de professores e carreira docente por linha de pesquisa e instituição (Brasil, 2000-2010).

Linha de pesquisa	IES	N. de citações
Educação especial propostas psicoeducacionais para deficientes e idosos; integração de deficientes e idosos	UERJ	1
Educação inclusiva e processos educacionais	UERJ	1
Educação matemática	UFPR	1
Educação, linguagens e formação do leitor	UFRN	1
Ensino de ciências	FEUSP	1
Ensino de ciências e de matemática	UFSCar	1
Ensino e educação de professores	PUC RS	1
Estado, políticas e gestão educacional	UFSCar	1
Estado, sociedade e educação	FEUSP	1
Filosofia política e processos históricos em educação	UFF	1
Formação de professores, currículo e práticas pedagógicas	Unisinos	1
Formação e profissionalização docente	UFRN	1
Gestão e políticas educacionais	UFPR	1
História da educação e historiografia	FEUSP	1
História e educação	Unimep	1
História e filosofia da educação	UNIMEP	1
História, sociedade, cultura e políticas educacionais	UFES	1
Políticas de formação de profissionais da educação	UFF	1
Políticas públicas e gestão em educação	UFU	1
Políticas, saberes e práticas educativas	UFU	1
Práticas pedagógicas e currículo	UFRN	1
Práticas pedagógicas e formação do educador	Unisinos	1
Saberes e práticas educativas	UFU	1
Sociedade, cultura e educação	Unicamp	1

Tabela 4: Número de trabalhos sobre políticas de formação de professores e carreira docente por linha de pesquisa e instituição (Brasil, 2000-2010).

Linha de pesquisa	IES	N. de citações
Sociologia da educação	FEUSP	1
Subjetividade: produção de subjetividades e conhecimentos em suas relações com processos educativos e culturais	UFF	1
Teorias e práticas pedagógicas e em educação	UFSCar	1
Total (linhas): 71		

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Os trabalhos estão distribuídos em 71 diferentes linhas de pesquisa que compõem os programas de pós-graduação de 18 instituições de ensino e pesquisa do país. Cumpre assinalar que, em nove dos resumos lidos, não foi indicada pela base de dados a linha de pesquisa à qual estes se vincularam.

Também se registra que, em um mesmo programa e instituição, notam-se recorrentes mudanças nas denominações das linhas de pesquisa no período analisado, apresentando algumas delas nomes diferentes dos dados atualmente fornecidos pelos programas de pós graduação. A esse respeito, a ressalva de Borges-Andrade (2003) de que “a desativação de linhas de pesquisa e a criação de outras são procedimentos encarados com naturalidade, e explicitamente previstos na burocracia da Capes” (p.169) fundamenta um parecer de que as investigações sobre políticas para a formação e a carreira docentes se vinculam a temas aglutinadores das pesquisas em educação que guardam relação entre si, mas não se cristalizam em modelos rigidamente fixados nas instituições e programas de pós-graduação, inclusive considerando-se um longo recorte temporal de uma década de produção de conhecimento sobre o tema. Tal profusão de linhas de pesquisa cujos trabalhos têm foco em políticas públicas de formação e carreira docentes pode estar relacionada também à abrangência da temática, que incide sobre pesquisas que versam tanto sobre propostas ou ações de governo, como sobre sua implantação e efeitos nas escolas e redes de ensino.

Conforme a Tabela 4, é possível verificar que a linha de pesquisa *Políticas de formação, políticas e gestão da educação* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é a que concentra maior número de estudos sobre a temática – 20 trabalhos, de um total de 22 defendidos na instituição no período, mostrando certa organicidade no programa de pós-graduação da instituição. Da mesma

forma, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a linha de pesquisa *Cotidiano e cultura escolar* concentra dez dos 14 trabalhos defendidos na instituição.

Em contrapartida, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), as 29 pesquisas realizadas sobre o tema no período estão dispersas em nove diferentes linhas de pesquisa, a saber:

- *Planejamento educacional, políticas e gestão educacional*, com nove estudos (indicando certa concentração).
- *Filosofia e educação*, com cinco.
- *Políticas públicas e educação*, com três.
- *Educação e trabalho; Ensino e formação do professor; Filosofia, educação, história e sociedade; Formação do professor, currículo e ensino superior; Desenvolvimento humano, psicologia e educação*, cada qual com dois estudos.
- *Sociedade, cultura e educação*, com um trabalho.
- Um resumo sem informação sobre a linha de pesquisa a que se vincula.

Os resultados identificados quanto à produção vinculada a essas duas instituições – UFRGS e Unicamp – merecem olhar mais atento quanto à organicidade entre os estudos e as linhas de pesquisa. Enquanto na UFRGS foram produzidos 20 trabalhos em uma mesma linha de pesquisa, na Unicamp o foram 29 em 9 linhas, proporcionalmente, pouco mais de três trabalhos para cada linha de pesquisa. Considerando-se o pensamento de Bourdieu (2003), no caso da UFRGS, a concentração de trabalhos em uma mesma linha remete a se pensar no fortalecimento de uma tradição investigativa em torno de uma autoridade científica definida, em detrimento de certa pulverização de interesses nos temas de investigação, como se mostra nos trabalhos encontrados na Unicamp.

Voltando-se à produção das demais instituições e linhas de pesquisa, destaca-se a Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), com nove das 14 pesquisas defendidas na instituição, concentradas na linha de pesquisa *Política e gestão da educação*; a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com sete dos 11 trabalhos na linha *Política e práticas da educação*; e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com oito dos 12 trabalhos concentrados na linha *Políticas públicas de educação*, confirmando uma tendência maior de concentração dos estudos em linhas de pesquisa específicas do que de dispersão.

Nesse ínterim, embora todos os trabalhos selecionados na pesquisa remetam à análise de políticas de formação de professores e carreira docente, nem todos foram desenvolvidos em linhas de pesquisa que aludem às políticas públicas em seus nomes, como se pode observar na lista apresentada na Tabela 4. Um exemplo dessa situação é a linha com o segundo maior número de citações sobre o tema, que se intitula *Cotidiano e cultura escolar*. Esse dado pode ser lido como

evidência de que o campo de estudos das políticas de formação de professores e carreira docente ultrapassa limites e restrições quanto a nomenclaturas formais e se caracteriza pela diversidade, tanto de métodos quanto de objetos de pesquisa, tal qual observado também por André (2010) sobre as especificidades dos estudos sobre a formação de professores em si.

Outro conjunto de dados levantado, disposto na Tabela 5, diz respeito aos orientadores dos trabalhos encontrados. Para fins de verificação de concentração de pesquisas e possível acúmulo de conhecimento, bem como da atenção que o tema vem tomando junto aos estudiosos das questões educacionais, foram destacados os pesquisadores que concentraram até duas orientações no período considerado.

Tabela 5: Principais orientadores, por Instituição, dos trabalhos sobre Políticas de formação de professores e carreira docente (Brasil, 2000 2010).

Orientador	Instituição	Orientações
Carmen Lúcia Bezerra Machado	UFRGS	4
Edil Vasconcellos de Paiva	UERJ	4
Janete Magalhães Carvalho	UFES	4
Jose Luis Sanfelice	Unicamp	4
Luiz Carlos de Freitas	Unicamp	4
Sonia Giubilei	Unicamp	4
Alda Maria D. Araújo Castro	UFRN	3
Dalila Andrade Oliveira	UFMG	3
Elizabeth Diefenthaler Krahe	UFRGS	3
Hermengarda Alves Ludke	PUC/RIO	3
Luciola Licínio C. Paixão Santos	UFMG	3
Maria Beatriz Moreira Luce	UFRGS	3
Maria de Fátima Costa de Paula	UFF	3
Maria Estela Dal Pai Franco	UFRGS	3
Monica Ribeiro da Silva	UFPR	3
Raquel Pereira Chainho Gandini	Unimep	3
Regina Helena Silva Simões	UFES	3
Rose Meri Trojan	UFPR	3
Waldeck Carneiro da Silva	UFF	3
Walderês Nunes Loureiro	UFG	3
Alice Ribeiro Casimiro Lopes	UERJ	2

Tabela 5: Principais orientadores, por Instituição, dos trabalhos sobre Políticas de formação de professores e carreira docente (Brasil, 2000 2010).

Orientador	Instituição	Orientações
Antônio Cabral Neto	UFRN	2
Belmira Amélia B. O. Bueno	FEUSP	2
Berenice Corsetti	Unisinos	2
Charles Richard Lyndaker	Unicamp	2
Claudia Barcelos de Moura Abreu	UFPR	2
Claudia Barcelos de Moura Abreu	UFPR	2
Corinta Maria Grisolia Geraldi	Unicamp	2
Elie George G. Ghanem Junior	FEUSP	2
Eloisa de Mattos Hofling	Unicamp	2
Flávia Obino Corrêa Werle	Unisinos	2
Jose Carmello Braz de Carvalho	PUC/RIO	2
Jose Roberto Rus Perez	Unicamp	2
Magna França	UFRN	2
Marcelo Soares Pereira da Silva	UFU	2
Márcia Serra Ferreira	UFRJ	2
Marcos Corrêa da Silva Loureiro	UFG	2
Mari Margarete S. Forster	Unisinos	2
Mônica Pereira dos Santos	UFRJ	2
Raquel Goulart Barreto	UFRJ	2
Sueli Mazzilli	Unimep	2
Valdemar Sguissardi	Unimep	2
Total		108

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Na tabela 5 é possível verificar que os orientadores com maior número de trabalhos sob sua supervisão (quatro) concentram-se na UFRGS, UERJ, UFES e Unicamp, sendo seis orientadores nessa situação, três deles na Unicamp. Depois, verifica-se um conjunto de 14 pesquisadores que possuem três orientações no período analisado. Com duas orientações temos um total de 21 pesquisadores, e 97 com apenas uma orientação. Essa forte dispersão de pesquisas sobre políticas educacionais entre diferentes orientadores pode estar relacionada às diversas possibilidades de análise das políticas, seja por um enfoque mais micro, ou seja, que investigue seus efeitos nas instituições e nos sujeitos, seja por um enfoque mais macro, que investigue suas relações com o todo social.

Tabela 6: Número de trabalhos por país estudado.

País	Frequência	Porcentagem
Brasil	199	97,5
Argentina, Brasil, Chile	1	0,5
Brasil, Argentina	1	0,5
Brasil, Cuba	1	0,5
Brasil, Portugal	1	0,5
Não indicado	1	0,5
Total	204	100

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

No que se refere ao número de trabalhos por país pesquisado, percebe-se que os pesquisadores se voltaram eminentemente à realidade brasileira: do total de resumos de teses e dissertações selecionadas, 199 (97,5%) se concentraram no Brasil, como mostra a Tabela 6. Os estudos comparativos internacionais revelam o baixíssimo investimento dos programas de pós-graduação em pesquisas sobre política educacional comparada, bem como em intercâmbios internacionais. Um maior interesse pelas políticas educacionais em âmbito internacional poderia, inclusive, auxiliar na delimitação do campo no país, dando contornos mais específicos às características próprias da política brasileira.

As Tabelas 7 e 8 apresentam dados sobre a produção distribuída por região e estados, respectivamente:

Tabela 7: Número de trabalhos por região.

Região	Frequência	Porcentagem
Centro-Oeste	16	8
Norte	9	4,4
Sul	39	19
Sudeste	96	47
Não se aplica	23	11,3
Não indicado	21	10,3
Total	204	100

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Tabela 8: Número de trabalhos por estado estudado.

Estado	Frequência	Porcentagem
Acre	2	1
Alagoas	1	0,5
Bahia	3	1,5
Bahia/Pernambuco	1	0,5
Espírito Santo	10	5
Goiás	6	3
Maranhão	3	1,5
Minas Gerais	18	8,8
Mato Grosso do Sul	2	1
Mato Grosso	5	2,5
Pará	5	2,5
Paraná	15	7,3
Rio de Janeiro	30	14,6
Rondônia	6	3
Roraima	1	0,5
Rio Grande do Sul	22	10,7
Santa Catarina	2	1
Sergipe	3	1,5
São Paulo	38	18,5
Tocantins	4	2
Não se aplica	23	11,1
Não indicado	4	2
Total	204	100

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

De acordo com as Tabelas 7 e 8, percebe-se a concentração dos trabalhos nos estados das regiões Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) e Sul (Rio Grande do Sul e Paraná). Não se pode ignorar, em relação a esses dados, a alta concentração de programas de pós-graduação nessas regiões em detrimento das demais (SOUSA; BIANCHETTI, 2007). Vale destacar que essa situação revela que os investimentos do Estado nos programas de pós-graduação nas demais regiões ainda não são suficientes, evidenciando-se a persistência da desigualdade na produção e distribuição do conhecimento em nosso país.

A fim de se complementar a compreensão sobre a produção acadêmica em políticas de formação e carreira docente, investigaram-se nos resumos os aportes teóricos mobilizados pelos pesquisadores. Dentre os 102 autores citados, destacamos os mencionados ao menos três vezes, em diferentes resumos:

- Autores internacionais que têm centrado suas investigações na temática da formação e exercício do trabalho docente: Antônio Nóvoa (12); Maurice Tradif (oito); Claude Lessard (quatro); José Contreras (três); Andy Hargreaves (três); Isabel Alarcão (três).
- Autores nacionais que discutem tal temática, como Vera Candau (quatro); Paulo Freire (quatro); Selma Garrido Pimenta (quatro).
- Autores internacionais que têm centrado seus estudos na análise das políticas públicas na contemporaneidade: Stephen Ball (nove); Boaventura de Souza Santos (quatro); Richard Bowe (três).
- Autores de fundamentação teórica mais ampla: Michel de Certeau (seis), Antonio Gramsci (quatro), Pierre Bourdieu (três), Karl Marx (três), Laurence Bardin (três).

Tem-se ainda 14 autores que foram citados duas vezes, e 71 que foram mencionados apenas uma única vez, evidenciando multiplicidade de autores, não permitindo salientar uma tendência teórica dominante nos trabalhos cujos resumos foram analisados. Outro aspecto que merece destaque é o fato de, do total de 204 resumos consultados, 133 (65,2%) não apresentarem aporte teórico. Essa informação pode constar dos trabalhos completos, mas, de todo modo, explicitam-se fragilidades na elaboração dos resumos.

À GUIA DE CONCLUSÕES

O levantamento das tendências das pesquisas educacionais sobre as políticas de formação de professores e carreira docente em teses e dissertações defendidas entre os anos 2000 e 2010 nos principais programas de pós-graduação do Brasil, segundo o *ranking* da Capes, revela alguns apontamentos que, de forma geral, permitem-nos enxergar mais de perto a problemática aqui discutida e nos provoca à formulação de questões outras, que, talvez, fomentem a organização de novos trabalhos e de novos debates sobre a temática e os dados levantados.

Uma primeira constatação é que as preocupações com as políticas referentes à carreira docente e, principalmente, aquelas voltadas para a formação de professores, vêm aumentando progressivamente nas pesquisas educacionais e que a legislação que tem regulamentado a área, principalmente pós-LDB/96 (BRASIL, 1996a), tem influenciado na configuração do campo. Essa evidência parece indicar que o interesse pelos estudos nessa área por parte dos discentes e orientadores vem crescendo significativamente na última década.

Em segundo lugar, nota-se que a maioria dos programas de pós-graduação em educação consultados, portanto, que possuem maior qualificação da Capes, está localizada nas regiões Sul e Sudeste. Diante de tal fato, mostra-se fundamental que sejam feitos estudos sobre a produção dos programas de pós-

graduação das outras regiões do país a fim de que se obtenha uma visão ampliada dessa área do conhecimento.

Por fim, a investigação revela que as pesquisas que se debruçam sobre políticas educacionais com ênfase em políticas de formação e carreira docentes se encontram pulverizadas entre linhas de pesquisa muito distintas. Cabe questionar se essa situação não estaria prejudicando a socialização das pesquisas e, em consequência, a consolidação desta área de conhecimento no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. A pesquisa sobre formação de professores: contribuições à delimitação do campo. In: DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas (Org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Textos selecionados do XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino - UFMG. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

AZEVEDO, Janete M. Lins; AGUIAR, Márcia Ângela. A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED. **Educação & Sociedade**, Campinas, Cedes, v. 22, n. 77, pp. 49-70, dez. 2001.

BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Em Busca do Conceito de Linha de Pesquisa. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v. 7, n. 2, p.157-170, Abr./Jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v7n2/v7n2a09.pdf>. Acesso em: 03.09.2015.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Trad. Denice Bárbara Catani. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. Trad. Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Olho d'Água, 2003. pp. 112 143.

BRASIL. **Decreto nº 6.755**, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no fomento de programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm. Acesso em: 17/09/2015.

_____. **Resolução CNE/CP nº 01**, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 18/09/2015.

_____. **Lei nº 11.161**, de 5 de agosto de 2005. Dispõe sobre o ensino de língua espanhola. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm. Acesso em: 18/09/2015.

_____. **Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 18/09/2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> >. Acesso em 10/05/2015, 1996a.

_____. **Emenda Constitucional nº 14**, de 12 de setembro de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm >. Acesso em 14/03/2015, 1996b.

BRZEZINSKI, Iria (coord.). **Formação de Profissionais da Educação (1997-2002)**. Brasília: MEC/ INEP, 2006.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

MACEDO, Elizabeth; SOUSA, Clarilza Prado. A pesquisa em educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, Anped, v. 15 n. 43, pp. 166-176, jan./abr. 2010.

MAINARDES, Jefferson. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico metodológicas. **Revista Contrapontos**, Itajaí/ SC, Univali, v. 9, n.1, pp.4-16, jan./abr. 2009.

MARTINS, Célia. **O que é política educacional**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANTOS, Ana Lúcia Felix; AZEVEDO, Janete Maria Lins. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, Anped, v. 14 n. 42, pp. 534-550, set./dez. 2009.

SOUSA, Sandra Zákia; BIANCHETTI, Lucídio. Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil: o protagonismo da ANPED. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, Anped, n. 36, pp. 309-546, set./dez. 2007.

STREMEL, Silvana. Fontes para o estudo da constituição do campo da política educacional no Brasil. **Jornadas latinoamericanas de estudios epistemológicos en política educativa. Anais...** Buenos Aires: Universidad Nacional de Tres de Febrero, pp. 1-19, 2012.

TELLO, César Geronimo. La producción de conocimiento en política educacional: entre los nuevos modos de producción de conocimiento y el EEPE. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, PUCPR, v.13, n. 39, pp.749-770, maio/ ago. 2013a.

_____. (coord. y compilador). **Epistemologías de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques**. Campinas: Mercado de Letras, 2013b.

_____. Las epistemologías de la política educativa: vigilancia y posicionamiento epistemológico del investigador en política educativa. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa/PR, UEPG, v. 7, n. 1, pp. 53-68, jan./jun. 2012.

ISABEL MELERO BELLO é doutora em Educação (USP/SP). Professora do Departamento de Educação da Unifesp, atuando na Graduação, no curso de Pedagogia e na Pós-Graduação em Educação. Membro dos Grupos de Estudo e Pesquisa em Política Educacional e Gestão Escolar (GEPPEGE) - UNIFESP e Avaliação de Políticas Educacionais - UNIFESP. E-mail: isabel.bello@unifesp.br

MARIETA GOUVÊA DE OLIVEIRA PENNA é Doutora em Educação (PUC/SP). Professora do Departamento de Educação da Unifesp, atuando na Graduação, no curso de Pedagogia e na Pós-Graduação em Educação. Membro dos Grupos de Pesquisa “Política Educacional e Gestão Escolar” (Unifesp) e “Docência em suas múltiplas dimensões” (PUC/SP). E-mail: marieta.penna@unifesp.br

MIRNA RIBEIRO LIMA DA SILVA é Mestre em Educação (UFPR). Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano)

Campus Catu, na área de Política Educacional. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação Científica e Popularização das Ciências (GPEC). E-mail: mirna.ribeiro@ifbaiano.edu.br

Recebido em junho de 2015

Aprovado em setembro de 2015